ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao vigésimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, na Sala de Reuniões Neuza Maria Fiuza de Lima, sede do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua Dr. Raul de Carvalho, 2970, Santos Dumont, sob a coordenação do Presidente, Antonio Fernando de Araújo, e com a presença da Equipe Técnica, conforme convocação prévia de para deliberar sobre matérias específicas, relevantes, urgentes e pré-determinadas, sem a possibilidade de inclusão de matéria ou pauta não antes prevista, nos termos do artigo 10, § 1º do Regimento Interno deste Conselho, iniciou-se a Reunião Extraordinária, com a participação dos conselheiros titulares e suplentes presentes. Aberta a reunião, passou-se à ordem do dia: **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS DESTINADAS AO INSTITUTO HORA, TOTALIZANDO R$ 1.542.880,10. OBJETO: EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE AOS USUÁRIOS DO SUS, ENCAMINHADOS E REGULADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, NO TOTAL DE 5.101 (CINCO MIL CENTO E UM) PROCEDIMENTOS, COM VIGÊNCIA DE 12 MESES (OUT/26 À SET/27) – LIGIA CAVASSANI. Assunto:** O Presidente, Fernando de Araújo, agradeceu a presença de todos e passou a palavra para a Sra. Bianca Ferraresi, que procedeu à leitura da convocação para a presente reunião. Em seguida, o Sr. Elizeu Belei, representante do Instituto HORA, fez uso da palavra e apresentou o respectivo Plano de Trabalho da instituição, referente ao custeio viabilizado por meio de Emendas Parlamentares Municipais para o exercício de 2026. A origem dos recursos, no montante de R$ 1.542.880,10, foi identificada pelas seguintes emendas municipais de custeio: nº 253, parlamentar Jonathan Santos - R$ 100.000,00; nº 180, parlamentar Professor Tadeu - R$ 222.940,05; nº 154, parlamentar Alex Sandro de Carvalho - R$ 250.000,00; nº 98, parlamentar Jean Dornelas - R$ 239.940,05; nº 301, parlamentar Bruno Marinho - R$ 200.000,00; nº 429 e 462, parlamentar Abner Joas Tofanelli - R$ 100.000,00 e R$ 200.000,00; nº 91, parlamentar Marcia Caldas - R$ 30.000,00; e nº 108, parlamentar Paulo Paulera - R$ 200.000,00. O Plano de Trabalho contempla a realização de 5.101 procedimentos totais, distribuídos entre avaliações iniciais em oftalmologia (OCI), avaliações de retinopatia diabética (OCI), aplicações intravítreas de medicamento antiangiogênico, procedimentos de facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável, exames complementares de retina, dentre outros, destinados 100% aos usuários do SUS. Elizeu acrescentou que o cronograma, baseado na tabela SUS Paulista, prevê a execução do volume de atendimentos ao longo de 10 meses, reservando o 11º e o 12º mês especificamente para compensar a taxa de absenteísmo, atualmente estimada entre 18% e 20%, visando garantir o cumprimento da totalidade da meta pactuada. A conselheira Osmari questionou quais seriam as principais causas do absenteísmo na unidade. Em resposta, Elizeu esclareceu que as faltas decorrem, muitas vezes, da necessidade de o paciente retornar à unidade para a realização de exames complementares subsequentes à consulta. Relatou que a instituição possui um protocolo ativo de confirmação de agendamentos por mensagens e ligações telefônicas realizadas nos dias que antecedem os atendimentos, contudo, muitos pacientes confirmam presença e não comparecem, com pico de ausências registrado às segundas-feiras, chegando a atingir de 25% a 30%. Destacou que a clínica adota medidas de flexibilização para acolher pacientes com eventuais atrasos, mas reiterou que o absenteísmo continua sendo um desafio histórico no atendimento. A conselheira Reginalda manifestou-se para elogiar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto HORA, relatando experiência pessoal exitosa em procedimentos cirúrgicos e atestando o rigor e a presteza da equipe na confirmação de agendas e na flexibilização de horários. A Sra. Paula Sandré também fez uso da palavra para agradecer à instituição pela doação de 400 consultas destinadas aos servidores da saúde do município, mencionando, em sua manifestação, a responsabilidade social da instituição..

Enfatizou que, em diversos casos identificados nessas triagens, o Instituto HORA assumiu integralmente a continuidade do cuidado dos pacientes, realizando cirurgias e exames de alto custo decorrentes dos diagnósticos iniciais, sem ônus adicional. Informou, por fim, que a entidade é o prestador de serviços com o maior número de registros de elogios na Ouvidoria do município. Não havendo mais manifestações, o Presidente colocou a matéria em apreciação. O Plano de Trabalho foi aprovado por unanimidade pelo Plenário. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA NOVO CONVÊNIO COM ARCD PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA FORMA COMPLEMENTAR AO SUS – TOTALIZANDO 1.850 PROCEDIMENTOS POR MÊS. VIGÊNCIA: 24 MESES (01/10/2026 À 30/09/2028) – Ligia Cavassani. Assunto:** O Presidente, Dr. Fernando de Araújo, passou a palavra ao Sr. Eder Jacob de Souza, representante da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD) de São José do Rio Preto, que iniciou a apresentação do Plano de Trabalho para a celebração de um novo convênio entre a Prefeitura Municipal e a ARCD. O objeto da parceria é a prestação de serviços de forma complementar ao SUS para o atendimento ambulatorial de alta e média complexidade em habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência física. A vigência estabelecida é de 24 meses, com início em 1º de outubro de 2026 e término em 30 de setembro de 2028, contemplando recursos no valor de R$ 105.000,00 mensais. Os serviços serão destinados a pacientes munícipes referenciados pelos serviços da rede de saúde municipal. Eder ressaltou que a entidade possui clínicas especializadas para casos de paralisia cerebral, lesão medular, lesão encefálica adquirida e malformação congênita. Destacou, ainda, a expertise da ARCD no atendimento a pessoas com deficiência física, pacientes amputados, com doenças neuromusculares e sequelas de poliomielite. Informou que o demonstrativo de economicidade aponta que a ARCD, a título de contrapartida, financiará com recursos próprios o equivalente a R$ 167.920,11 mensais, assumindo despesas como manutenção predial, materiais de consumo, energia, serviços de terceiros e encargos sociais complementares. Apresentou as metas quantitativas, que preveem a execução de 1.850 procedimentos mensais, compostos por: 1.290 atendimentos individuais de terapias em reabilitação multiprofissional; 60 consultas médicas de atenção especializada em fisiatria; e 500 atendimentos em fisioterapia aquática. Osmari fez uso da palavra e relatou que, tratando-se de um valor considerado por ela irrisório frente ao trabalho entregue, estava plenamente de acordo com o convênio pactuado, elogiando a qualidade do atendimento e dos serviços realizados pela entidade, e parabenizou a Secretaria Municipal de Saúde pelo empenho. O conselheiro Ulisses parabenizou o trabalho realizado pela ARCD e questionou se os serviços apresentados tratavam-se de etapas realizadas pelo mesmo paciente. Eder confirmou a informação e complementou que, por vezes, um único paciente passa por cinco ou até seis serviços diferentes na instituição. A Secretária Municipal de Saúde, Sra. Ligia Cavassani, pediu a palavra e iniciou parabenizando os trabalhos realizados pelo Instituto HORA e pela ARCD. Em seguida, esclareceu que ocorreram algumas mudanças nos critérios e nas exigências por parte do Tribunal de Contas para a formalização dos planos de trabalho e para a prestação de contas. Ressaltou que a ARCD, em conjunto com a Secretaria de Saúde e a Prefeitura, chegou a um entendimento sobre o que deveria ser pactuado, a fim de cumprir rigorosamente as exigências legais. Não havendo mais manifestações, o Presidente do CMS submeteu o Plano de Trabalho à apreciação do Plenário, sendo a matéria aprovada por unanimidade. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2º QUADRIMESTRE 2026 – Ligia Cavassani. Assunto:** O Presidente, Dr. Fernando de Araújo, explicou que seriam apresentados os dados de prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referentes ao 2º Quadrimestre de 2026. Com a palavra, o Sr. Paulo, representante do Fundo Municipal de Saúde, apresentou a demonstração financeira, destacando que as receitas arrecadadas no período somaram R$ 293.015.608,16, enquanto as despesas totalizaram R$ 273.765.381,71, resultando em um saldo atual de

movimentação financeira de R$ 58.984.858,28. Informou que o valor total consolidado do orçamento da saúde, atualizado em 31 de agosto de 2026 após remanejamentos e suplementações, é de R$ 832.616.970,57, ressaltando o caráter dinâmico das dotações orçamentárias ao longo do exercício. Na sequência, Paulo evidenciou que a aplicação em ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios do Tesouro Municipal atingiu o montante de R$ 313.513.688,92, o que corresponde ao percentual de 22,42% da receita vinculada. O índice é superior aos 19,89% referentes ao quadrimestre anterior, cumprindo o índice constitucional e superando o mínimo de 15% exigido pela Lei Complementar nº 141/2012. Informou que, dentre os maiores municípios do estado de São Paulo, São José do Rio Preto registrou aplicações percentuais superiores às de municípios como Campinas, Ribeirão Preto e Santos. Paulo concluiu informando que o financiamento global da saúde no quadrimestre distribuiu-se em 59,03% provenientes de recursos do Tesouro Municipal e 40,97% de outras fontes, como repasses federais e estaduais. Osmari fez uso da palavra e apontou que algumas situações, como um surto de dengue ocorrido no município, podem ter contribuído para o aumento do orçamento. Mencionou, ainda, que o município atende a muitos pacientes residentes em outras cidades e questionou o impacto desse fluxo nos indicadores apresentados. Em resposta, Paulo informou que o aumento da aplicação para cerca de 22% reflete o dinamismo do orçamento ao longo do ano, sujeito a alterações nas receitas e nas despesas. Explicou que a Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada com antecedência, utilizando indicadores oficiais e o histórico de despesas, tratando-se, portanto, de uma estimativa. Sobre o atendimento a pacientes de outros municípios, explicou o funcionamento da Programação Pactuada e Integrada (PPI), instrumento de regionalização em que São José do Rio Preto atua como referência. Observou, contudo, que os valores repassados pela União não acompanharam o aumento da complexidade e da quantidade de exames e procedimentos incorporados ao longo do tempo, gerando uma defasagem financeira para o município, ainda que a regionalização favoreça a consolidação do SUS. Por fim, relatou que a excelência dos serviços de saúde locais atrai pacientes de outras regiões, fenômeno comum a grandes polos de saúde, o que também impacta os custos e o atendimento, especialmente em casos de urgência. Dando continuidade, a Sra. Patrícia apresentou os dados do relatório da Auditoria Municipal, detalhando as atividades executadas no quadrimestre. Relatou que foram processados seis monitoramentos oficiais, duas auditorias e 11 processos apuratórios específicos, dentre outros. Informou que as fiscalizações em andamento e concluídas englobaram diversas unidades, como a UBS Luz da Esperança, UBS Gonzaga de Campos, UBS Talhado, UBS Central, UPA Jaguaré e UBS João Paulo II/Jaguaré, bem como a eSB Luz da Esperança e a Farmácia Municipal Centro, resultando na identificação de 211 constatações técnicas relacionadas a práticas do gerenciamento com qualidade, segurança do paciente e adequação de protocolos institucionais, dentre outras. A Sra. Milena expôs os indicadores registrados pela Ouvidoria Geral do SUS no período. Informou o recebimento de manifestações de usuários, cuja distribuição tipificada apontou 1.803 solicitações (41,2%), 1.849 pedidos de informação (42,3%), 488 reclamações (11,2%), 218 elogios (5,0%), 11 denúncias (0,3%) e 5 sugestões. Detalhou que as principais demandas administrativas e assistenciais são as relacionadas a informações e orientações (1.441 registros), agendamento de consultas (918 registros), qualidade do atendimento (447 registros) e agendamento de exames (351 registros). Destacou que o setor obteve um índice de resolutividade de 97,3% das demandas concluídas, sendo que 43,4% foram solucionadas diretamente na Ouvidoria e 56,6% encaminhadas para tratamento interno nos departamentos competentes, registrando um índice de satisfação geral em que 77,3% dos usuários avaliaram o serviço como "satisfeito". Milena também relatou que a Ouvidoria iniciou o trabalho de Ouvidoria Ativa em algumas unidades de saúde do município, com primeira ação realizada no dia 29 de agosto, relatando que tem sido uma experiência bastante positiva e que os dados desse trabalho serão apresentados na próxima audiência pública. O conselheiro Leonildo relatou que a associação

de bairro da qual faz parte recebeu uma denúncia de um problema envolvendo situações de higiene em uma escola local, sendo realizado o registro de manifestação na Ouvidoria do município; contudo, não recebeu até o momento a resposta da manifestação realizada. Milena respondeu que todas as manifestações possuem uma identificação por protocolo, de forma que, após o prazo previsto, o munícipe pode retornar o contato a fim de obter a devolutiva. Na sequência, a Secretária Executiva do CMS, Sra. Bianca Ferraresi, apresentou o relatório estatístico do Disque Saúde, órgão vinculado a este Conselho, relatando que, dos 1.212 atendimentos registrados no 2º quadrimestre de 2026, foram realizadas 712 solicitações, 231 pedidos de informação, 180 reclamações, 80 elogios, 4 sugestões e 5 denúncias. Explicitou que, no escopo das solicitações, o agendamento de consultas especializadas somou 397 registros e o de exames totalizou 165 ocorrências; já no âmbito das reclamações, as queixas sobre atendimento em geral lideraram com 82 registros. Informou que 801 manifestações (66,09%) demandaram encaminhamento para providências, apresentando resolutividade de 88,6% de respostas emitidas no período. Bianca reforçou a adequação no entendimento entre solicitação e reclamação, com base na legislação vigente que rege o serviço de ouvidoria pública. Ao final, apresentou o resultado da pesquisa de satisfação pelos atendimentos realizados, com avaliação de "satisfatório" por 55,7% dos manifestantes. Osmari, com a palavra, relatou não ter compreendido a razão pela qual os dados apresentados pela Ouvidoria da SMS e os apresentados pelo Disque Saúde diferem, perguntando também sobre o prazo para resposta e eventual não cumprimento pela SMS. Bianca respondeu que foi realizada uma readequação na interpretação dos tipos de manifestação, conforme orientação do Ministério da Saúde e da Ouvidoria do SUS, de forma que passou a adotar o entendimento legal das definições de tipos de registro, com a correta adoção entre reclamações e solicitações. Quanto aos prazos, informou que são adotados os prazos definidos pela Lei Orgânica do Município, adotados também pela Ouvidoria da SMS. Ulisses se manifestou quanto à importância de a população responder à pesquisa de satisfação sobre os serviços prestados, sugerindo, inclusive, a divulgação de vídeos e de outros materiais orientando sobre essa relevância. A seguir, a Sra. Jéssica apresentou os dados operacionais do Serviço Orienta SUS, apontando a realização de atendimentos nos postos fixos descentralizados, concentrando-se 59,3% (570 registros) no Poupatempo e 40,7% (391 registros) no Ganha Tempo. Apresentou o panorama evolutivo da judicialização da saúde municipal, no qual houve apenas três judicializações no período, mantendo o total acumulado histórico de 2.266 processos distribuídos desde 2018 e 956 ordens judiciais de insumos ativos em cumprimento. Registrou que o montante global empenhado para o custeio de ordens judiciais desde o ano de 2018 atingiu a cifra de R$ 108.471.418,44. Ressaltou que, no perfil técnico das ações judiciais, 88,1% das prescrições decorrem de serviços particulares e 47,4% dos objetos pleiteados referem-se a insumos não padronizados. O conselheiro Ivadir rogou que seja reforçada à PGM a orientação para que os médicos não utilizem o nome comercial do medicamento, mas sim o composto ativo. Em seguida, a Sra. Andrea Carneiro apresentou o balanço da Assistência Farmacêutica, relatando a aplicação de R$ 12.776.840,43 em recursos financeiros do município, além de recursos do Estado e da União, para a aquisição de 44.806.779 unidades de medicamentos. Demonstrou que os repasses por Transferência Intergovernamental para o Componente Estratégico e Básico somaram R$ 3.970.987,59. Informou que a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) totaliza 398 itens regulamentados e apontou que as farmácias municipais executaram 586.394 atendimentos, beneficiando diretamente 194.516 pacientes. A produção farmacêutica correspondeu a 4.413 consultas farmacêuticas. A Sra. Maria Celeste detalhou a infraestrutura e a composição da Rede Física de Serviços de Saúde, estruturada na Atenção Primária por 29 unidades de atendimento, 87 equipes de Saúde da Família, 6 eMulti Ampliadas, 2 consultórios na rua, 1 telemedicina e 1 academia da saúde. A Atenção Especializada consolidou-se com 7 ambulatórios próprios, 1 centro de reabilitação, 1 laboratório de patologia, 7 CAPS e 2 CEOs, dentre

outros. A rede de Urgência, Emergência e Hospitalar apresentou-se estruturada por 4 UPAs, 1 Pronto Socorro (que se encontra em reforma), as bases operacionais do SAMU, além do Hospital Municipal e prestadores conveniados. Seguindo, a Sra. Alessandra passou a apresentar a produção assistencial da Atenção Primária, que computou o total de 979.797 consultas e procedimentos clínicos, sendo registrados 306.617 atendimentos em clínica médica, 202.844 em enfermagem, 190.404 em odontologia, 42.490 em pediatria e 37.120 em ginecologia, além de 209.149 visitas e atendimentos domiciliares realizados. No total da Atenção Básica por Categoria, foram realizados 1.188.946 atendimentos. Ao final, Alessandra apresentou as ações em saúde realizadas no período, relatando também que foi iniciado um projeto piloto na UBS Jardim Americano, no qual os agentes comunitários de saúde estão realizando as visitas domiciliares com o uso de tablets. Osmari perguntou o que mudou em comparação ao ano anterior, sendo respondido pela Alessandra que houve melhora nos dados referentes à ginecologia, o que corresponde a um aumento de 31%, bem como ampliação nas equipes de odontologia, dentre outros. Complementando a linha de cuidados básicos, a Sra. Paula Sodré demonstrou os indicadores de Teleconsultas na Atenção Primária. Inicialmente, informou que no dia 30 de setembro de 2026 será comemorado o dia do agente comunitário de saúde, e anunciou que serão adquiridos tablets para todos os profissionais da categoria da rede municipal. Informou que foram realizados o total de 48.927 atendimentos médicos, de enfermagem e multiprofissionais no quadrimestre. Informou, ainda, que se iniciou o atendimento por videochamada, trabalho que era realizado anteriormente apenas em situações específicas, como para atendimentos a pessoas em situação de reclusão prisional. Leonildo parabenizou a aquisição dos tablets, apontando o quanto é importante o uso da ferramenta para auxiliar no trabalho realizado pelos agentes comunitários de saúde. A seguir, a Sra. Viviane apresentou a produção da Atenção Especializada, dentre os quais discriminou as ações do Banco de Leite Humano, com 8.126 ações; da Atenção Domiciliar - SAD e CAE, com 44.654 atendimentos; dos CAPS, com 62.084 ações; do CER III em procedimentos e reabilitação, com 54.984 atendimentos, além das concessões de 19.685 unidades de órteses e próteses; 34.274 procedimentos odontológicos nos CEOs; e 111.202 consultas e procedimentos no Centro Médico de Especialidades. No suporte laboratorial, o Laboratório Municipal de Patologia Clínica processou 1.104.661 procedimentos. Apresentou, ainda, o total de 10.026 atendimentos em oferta de cuidado integrado. Ao final, destacou a produção total da Atenção Especializada, com 1.542.617 procedimentos. A Sra. Camila demonstrou os dados de Regulação, Avaliação e Controle relativos aos serviços de saúde realizados pelos prestadores de serviço, apontando, dentre outros, a execução de 19.657 procedimentos de Atenção Básica, 302.063 de média complexidade e 14.064 de alta complexidade, além da produção específica do Hospital Municipal, que registrou 28.993 procedimentos ambulatoriais e 1.940 internações por leito. A Sra. Andrea apresentou os dados da Rede de Urgência e Emergência, consolidando 1.005.011 atendimentos e procedimentos executados nas UPAs. O fluxo de triagem pelo protocolo de classificação de risco apontou que 80,34% (166.517) dos casos foram catalogados como verdes e 13,13% (27.209) como amarelos. Reportou que o SAMU 192 realizou 15.568 atendimentos no município e 9.427 na base regional, enquanto a Central de Remoção operou 18.370 transportes. Registrou, outrossim, que houve uma redução significativa no tempo de espera para transferência em observação nas UPAs, nas quais, para situações em que o tempo de espera foi menor que 24h, totalizou 10.963 registros. Ainda, indicou que o Núcleo de Educação em Urgência (NEU) promoveu a capacitação técnica de 1.006 profissionais do município e da região. A Sra. Andreia Negri encerrou as apresentações expondo as ações da Vigilância em Saúde, nas quais foram efetuadas 3.392 inspeções, expedidas 2.178 licenças e instaurados 64 autos. O CEREST computou a notificação de 1.911 acidentes de trabalho, sendo 328 classificados como graves, realizando 489 atendimentos profissionais e 192 inspeções em empresas. A Gerência de Controle de Vetores totalizou 322.144

ações, incluindo 320.448 visitas a imóveis e o atendimento a 1.112 demandas relacionadas a escorpiões. O Centro de Controle de Zoonoses realizou 4.039 vacinações antirrábicas e 1.892 castrações, dentre outros. No monitoramento epidemiológico, houve uma redução nos casos confirmados de dengue, sendo 1.515, além de 14 casos de Chikungunya. Nos indicadores demográficos e de morbidade, foram computados 1.635 nascidos vivos, 1.323 óbitos gerais, 52 casos de sífilis em gestantes, 10 de sífilis congênita, nenhum caso de Influenza H1N1 e 14 óbitos infantis no período. Eder perguntou a diferença entre a busca ativa de focos de escorpião noturna e diurna. Andreia Negri respondeu que o escorpião possui hábito noturno, de forma que a busca ativa trata de realizar o monitoramento e analisar as áreas de maior incidência, a fim de direcionar as ações necessárias. Após a explanação dos relatórios, a matéria foi colocada em votação pelo Presidente, sendo aprovada por unanimidade a prestação de contas do 2º Quadrimestre de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde. Ao final, a Secretária Municipal de Saúde, Ligia Cavassani, agradeceu a todos os conselheiros e ao Presidente pela oportunidade de pautar as três solicitações da gestão, dada a importância das demais pautas do dia, e relembrou aos presentes que no dia seguinte a audiência pública ocorrerá na Câmara Municipal. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão extraordinária às vinte horas e vinte minutos. Para fins de registro, consigna-se que a reunião foi gravada em vídeo, constituindo o respectivo registro audiovisual suporte para a elaboração desta Ata. Nos termos do artigo 16, §2º, do Regimento Interno, esta Ata será submetida à leitura, discussão, eventual correção e aprovação na próxima reunião ordinária do Plenário. Registra-se que a relação nominal dos conselheiros participantes consta da lista de presença, que integra este documento para todos os fins de direito. E, para constar, eu, Jordan Kamael Pinheiro Silva, Assessor Jurídico do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente Ata.**

Bianca Ferraresi
Secretaria Executiva - CMS
Secretaria Municipal de Saúde – SJRP